



Carta do Diretor Geral

A Opla encerrou no último mês de março o Ano Safra 2022/23 com a marca histórica de 3,1 milhões de litros de etanol movimentados, consolidando a posição de liderança na logística de Etanol no Brasil. O crescimento de volume movimentado foi de +40,5%, em relação ao ano anterior. A performance financeira confirma mais uma vez o alinhamento estratégico que tem guiado nossa expansão: O Lucro Líquido foi de R\$ 13,1 milhões, +23% em comparação ao ano anterior. Nossa margem EBITDA atingiu 52%, R\$ 24 milhões, ou +11% em comparação ao ano anterior.

Resultado de uma gestão financeiro-operacional austera, maximizamos o retorno dos nossos ativos mantendo níveis de endividamento e caixa extremamente saudáveis. Em 2022/23 o endividamento líquido

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.149	29.323
Contas a receber de clientes	7	3.726	2.385
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	558	122
Adiantamentos a fornecedores		58	37
Outras contas a receber		468	632
Total do ativo circulante		24.959	32.498
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	9	—	544
Ativo fiscal diferido	10	513	272
Realizável a longo prazo		513	816
Imobilizado	11	174.310	122.840
Intangível	12	—	59
Total do ativo não circulante		174.310	123.716

Total do ativo 199.782 156.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de março de 2021	72.641	21.792	381	4.771	—	—	99.585
Lucro do exercício	—	—	—	—	9.411	—	9.411
Destinação do lucro:							
Reserva legal	—	—	471	—	(471)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	—	—	—	—	(4.470)	—	(4.470)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	(4.470)	4.470	—
Em 31 de março de 2022	72.641	21.792	851	4.771	—	—	104.526
Lucro distribuído	—	—	—	—	(4.470)	(4.470)	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	13.163	—	13.163
Destinação do lucro:							
Reserva legal	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	—	—	—	—	(3.291)	—	(3.291)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	(9.872)	9.872	—
Em 31 de março de 2023	72.641	21.792	851	4.771	—	9.872	109.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. ("Companhia" ou "TCP"), constituída em 09 de junho de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado que possui como atividade preponderante o armazenamento de produtos e mercadorias em geral, em especial etanol, na cidade de Paulínia. A Administração fez uma avaliação sobre a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. No exercício findo 31 de março de 2023, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 30.155 (R\$ 6.116 positivo em 31 de março de 2022). Em 31 de março de 2023 o capital circulante líquido refere-se substancialmente ao Adiantamento de cliente de R\$ 21.732 e Impostos e Contribuições a recolher no montante de R\$ 12.653. O referido adiantamento de clientes se deve ao fato dos investimentos realizados na obra de expansão (nota explicativa nº 11a), para o qual o cliente Air BP aportou tal quantia para a construção das instalações para suportar a operação de combustível de aviação, tendo a Companhia firmado contrato de comodato de longo prazo para utilização dos ativos. Os Impostos e Contribuições a recolher referem-se substancialmente a apuração do ICMS a pagar que é apurado e registrado pela Companhia devido as características de sua operação (armazéns gerais) e, portanto, estão na sujeição passiva de recolhimento do imposto, porém tal obrigação é repassada aos clientes. Portanto, conforme descrito acima, a Administração afirma que a Companhia terá os recursos suficientes para liquidar suas obrigações de curto prazo, cujo o excesso de passivos apresentados em 31 de março de 2023, estão relacionados a ocasionalidade das novas operações e da sua responsabilidade tributária assumida junto ao Fisco.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 1 de junho de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos, sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 4.c.iv** - Vida útil do ativo imobilizado. **• Nota Explicativa nº 15** - Instrumentos financeiros. **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2023 que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 9** - Ativos e passivos fiscais diferidos; **d. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preço, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (Item 27a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas daquele ativo ou passivo.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Receita de prestação de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término do período de armazenamento e pela locação de imóvel, sendo a atividade principal da Companhia o armazenamento de combustível. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O encargo de imposto sobre a renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para: **•** Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para: **•** Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias. **(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para: **•** Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias. **(iv) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se o método linear em relação às vidas úteis estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas individuais e consolidadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2022 e 2021
Construções e Benfeitorias	2,08%
Máquinas e equipamentos	2,86%
Equipamentos de processamento de dados	19,52%
Móveis e utensílios	9,95%
Veículos	8,50%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **d. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente

Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.

CNPJ/MF nº 28.978.543/0001-05
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2023

sobre o EBITDA de 1,03, e o saldo final de caixa atingiu R\$20 milhões. Com o aumento de volume movimentado, tivemos também uma melhor performance na utilização dos nossos ativos que consistem em uma tancaçao estática de 180 milhões de litros. Isso possibilitou a maximização da quantidade de gases, atingindo 8,9 vezes.

Nessa Safra, iniciamos o projeto Derivados que interligará o Terminal (Opla) à maior refinaria do Brasil - Replan através de três novos dutos: gasolina, combustível de aviação e Diesel. Esse projeto será entregue no próximo mês de julho/23 e colocará a Opla em um novo patamar de relevância nacional com a oferta de múltiplos produtos.

Estamos em ritmo acelerado para iniciar em 2023 a construção do ramal ferroviário interligado às malhas dos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	13	3.309	1.100
Empréstimos e financiamentos	14	10.426	11.953
Obrigações sociais e trabalhistas		2.354	1.239
Impostos e contribuições a recolher	16	12.653	6.427
Dividendos a pagar	20	3.291	4.470
Outras contas a pagar	18	1.350	1.193
Adiantamento de clientes	17	21.732	—
Total do passivo circulante		55.115	26.383
Passivo não circulante			
Adiantamento de clientes	17	—	11.000
Empréstimos e financiamentos	14	34.740	14.306
Total do passivo não circulante		34.740	25.306
Patrimônio líquido			
Capital social		72.641	72.641
Reserva de capital		21.792	21.792
Reserva legal		851	851
Reserva de lucro		4.771	4.771
Dividendos adicionais propostos		9.872	4.470
Total do patrimônio líquido		109.927	104.526
Total do passivo	20	89.855	51.688
Total do passivo e patrimônio líquido		199.782	156.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de março de 2021	72.641	21.792	381	4.771	—	—	99.585
Lucro do exercício	—	—	—	—	9.411	—	9.411
Destinação do lucro:							
Reserva legal	—	—	471	—	(471)	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	—	—	—	—	(4.470)	—	(4.470)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	(4.470)	4.470	—
Em 31 de março de 2022	72.641	21.792	851	4.771	—	—	104.526
Lucro distribuído	—	—	—	—	(4.470)	(4.470)	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	13.163	—	13.163
Destinação do lucro:							
Reserva legal	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	—	—	—	—	(3.291)	—	(3.291)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	(9.872)	9.872	—
Em 31 de março de 2023	72.641	21.792	851	4.771	—	9.872	109.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **i. Classificação e mensuração subsequente:** *Ativos Financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são subsequentemente reconhecidos inicialmente, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo atenuante que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitem o acesso do grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas** **Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros mensurados ao VJR** são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **ii. Desreconhecimento de um ativo financeiro:** Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **iii. Desreconhecimento de um passivo financeiro:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **e. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme proposta da Administração e deliberação em AGO, são reconhecidos como passivo até a efetivação do pagamento. **f. Redução ao valor recuperável (Impairment): Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e Outros títulos de dívida e saldos provisões para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. Também reconheceu provisões para os quais o risco de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do caixa a receber e outros recebíveis. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a custos presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estim

